



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE
EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA NA GESTÃO TERRITORIAL:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA LINDEIRA AO PARQUE NACIONAL DO
IGUAÇU**

KARINI APARECIDA SCARPARI

Foz do Iguaçu
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE
EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA NA GESTÃO TERRITORIAL:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA LINDEIRA AO PARQUE NACIONAL DO
IGUAÇU**

KARINI APARECIDA SCARPARI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação Ambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal da Integração Latino-americana.

Orientador: Prof. Dr^a Marcela Stuker Kropf

Coorientador: Mariele Borro Mucciatto Xavier

Foz do Iguaçu
2017

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Salete Possamai Scarpari e Jorge Luis Scarpari pelo suporte ofertado. As minhas escolhas sem dúvida alguma são parte de uma convivência regada de boas referências, aprendizados e de dedicação para comigo e meus irmãos.

AGRADECIMENTO (S)

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor orientador não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade. Da mesma forma a professora coorientadora, por dedicar seu tempo em compartilhar seus conhecimentos enquanto Coordenadora de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu.

Aos professores da banca pelas orientações e apontamentos que fizeram com que se atentasse para alguns pontos essenciais sobre essa temática.

Aos colegas de curso com os quais convivi por tanto tempo dentro e fora do curso, por me acolherem sempre que precisei. Mas principalmente pelas caronas solidárias que eu pegava com a Solange e a Carmem, e já no final com a Alana, Noeli e Jair, a vocês os meus mais sinceros obrigada!

Aos Professores que se dedicaram para que tudo saísse da melhor forma possível, ainda que houvesse contratempos, sempre estiveram à disposição para resolve-los em conjunto.

Por fim, quero agradecer aos alunos das turmas do sexto e sétimo ano de 2016 da Escola do Campo Dom Pedro Segundo localizada na comunidade de São Jorge em São Miguel do Iguaçu – PR onde realizou-se esse estudo.

Os rios não bebem sua própria água; as árvores não comem seus próprios frutos. O sol não brilha para si mesmo; e as flores não espalham sua fragrância para si. Viver para os outros é uma regra da natureza. (Papa Francisco)

RESUMO

A compreensão das relações socioambientais é central para uma gestão do território que vise a mediação dos conflitos inerentes às tensões entre sociedade e natureza. Desde esse ponto de vista, a Educação Ambiental no ambiente escolar é uma estratégia fundamental, pois busca a formação de cidadãos críticos sobre o modelo de sociedade atual. Dessa maneira, a primeira sessão é dedicada ao trabalho coletivo que objetivou realizar uma intervenção na Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, em São Miguel do Iguaçu/PR, visando estimular os alunos do 6º e 7º anos a refletir sobre a proposta do Espaço Educador Sustentável. Assim, durante cinco encontros foram desenvolvidas atividades que proporcionassem o conhecimento sobre o contexto local, reflexão sobre as relações socioambientais, além de incentivar a articulação social através da criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. A partir disso, foi possível identificar a potencialidade dos atores que fazem parte do ambiente escolar na gestão do território. A sessão dois, busca refletir sobre toda a caminhada percorrida durante o curso com a construção de um memorial. O objetivo desse memorial é fazer a compilação dos oito módulos cursados nos 18 meses de duração do curso. Sua finalidade é estruturar a experiência vivenciada por meio da análise da trajetória individual de cada um e posteriormente, compartilhar as reflexões obtidas a partir da Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis. O entendimento que se tem até o momento é de que a função da Educação Ambiental crítica é o empoderamento dos atores sociais na construção de novos princípios e valores que orientem suas ações para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável, mais justa e com equidade social e ambiental. Verifica-se desse modo que a crise ambiental é uma oportunidade para refletir sobre as práticas educativas, as relações socioambientais, a gestão participativa do território, principalmente em áreas lindeiras as Unidades de Conservação.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Espaços Educadores Sustentáveis. Gestão Territorial. Memorial.

ABSTRACT

The understanding of socio-environmental relations is central to a territorial management aimed at mediating the conflicts inherent in the tensions between society and nature. From this point of view, Environmental Education in the school environment is a fundamental strategy, as it seeks the formation of critical citizens about the current model of society. In this way, the first session is dedicated to the collective work that aimed to carry out an intervention at the Dom Pedro II State School in São Miguel do Iguçu / PR, aiming to stimulate the students of the 6th and 7th years to reflect on the proposal of Sustainable Education Place. Thus, during five meetings, activities were developed to provide knowledge about the local context, reflection on socio-environmental relations, and to encourage social articulation through the creation of the Environment and Quality of Life Committee in the School. From this, it was possible to identify the potentiality of the actors that are part of the school environment in the management of the territory. Session two, seeks to reflect on all the journey taken during the course with the construction of a memorial. The purpose of this memorial is to compile the eight modules that have been taken in the 18 months of the course. Its purpose is to structure the lived experience through the analysis of the individual trajectory of each one and later, to share the reflections obtained from the Specialization in Environmental Education with Emphasis on Sustainable Educator Spaces. The understanding so far is that the role of Critical Environmental Education is the empowerment of social actors in the construction of new principles and values that guide their actions towards the development of a more sustainable, fairer society with social equity and environmental. This shows that the environmental crisis is an opportunity to reflect on educational practices, socio-environmental relations and participatory management of the territory, especially in areas surrounding the Conservation Units.

Key words: Environmental education. Sustainable Educator Spaces. Territorial Management. Memorial.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. DESENVOLVIMENTO.....	14
2.1. DESENVOLVIMENTO DE PROJETO COLETIVO - ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA GESTÃO DO TERRITÓRIO	14
Resumo	14
Abstract.....	15
Introdução.....	15
Metodologia	21
Análise de Dados e Discussão	25
Considerações Finais	32
Referências.....	33
2.2. MEMORIAL - “REFLEXÕES OBTIDAS A PARTIR DA ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS”	36
Introdução.....	36
Desenvolvimento	36
Considerações Finais	40
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

Ocorre uma necessidade de reavaliar as relações de interdependência entre os sujeitos e o meio natural, através de mobilizações, disseminação de práticas, fortalecimento da cidadania e demais aspectos que auxiliam o sujeito a refletir sobre seu contexto e suas práticas. Para fazer frente às raízes da crise civilizatória, típica da Modernidade Avançada, este novo paradigma educacional se estrutura contrapondo-se na prática às bases da crise. Daí caracterizar-se pela interdisciplinaridade, pelo pensamento complexo e pela ética da sustentabilidade (LEFF, 2001).

A formação de educadores ambientais é processo complexo que envolve a construção de habilidades, conhecimentos, atitudes e valores próprios à transformação paradigmática proposta pela Educação Ambiental (EA), a qual constitui-se simultaneamente em paradigma educacional inovador e propositora de novo paradigma civilizatório, tal como fundamentado nos documentos históricos de nascimento e institucionalização da EA: a Declaração de Tbilisi (1977), o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) e na Lei Nacional 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Nesse sentido, uma formação que proporcione coerência entre teoria e prática busca ter uma perspectiva crítica, transformadora e emancipatória (GUIMARÃES, 2004, 2011; LOUREIRO, 2004; CARVALHO, 2005; LAYRARGUES, 2011), capaz de exercitar vivencialmente os pilares fundamentais da EA. Em outras palavras:

“Crítica, pois tem como ponto fundamental a crítica ao modelo hegemônico, fonte das contradições que geram os conflitos socioambientais. Transformadora, pois ao criticar a realidade na perspectiva dos conflitos, ela busca transformá-la. Emancipatória porque acredita que ao longo do processo que busca a transformação da realidade, nós nos emancipamos enquanto seres humanos, indo além do caminho único, estabelecido pelo paradigma dominante” (JABER, 2014, p.25).

A EA tem por função contribuir para a transformação da sociedade, formando cidadãos com uma consciência crítica, autônomos, solidários e cientes do mundo em que vivem (MACHADO, 2011). Trata-se de nova maneira de pensar os espaços educadores, considerando que ocorrerão mudanças em sua organização, em seus conteúdos e mesmo nas relações entre as pessoas, coerentes com uma educação valorizadora da

construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna (COPELLO, 2006, in MACHADO, 2011).

No Brasil, a gestão ambiental das Unidades de Conservação atualmente é feita por meio do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação). Quintas (2006), define Gestão ambiental como:

“ (...) o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. ” (QUINTAS, 2006; P: 30)

Para Gohn (2009), participação é uma das palavras mais usadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Isso porque, muito recentemente os Conselhos Gestores passaram a ser uma referência em termos de políticas públicas, convertendo-se em espaços destinados a negociação de conflitos. A ideia fundamental desses espaços é promover a articulação tanto de representantes da população como de membros do poder público estatal, para decidirem sobre práticas que dizem respeito a gestão dos bens públicos.

Refletindo sobre isso, o objetivo desse trabalho é contribuir para a mobilização de grupos que circundam as Unidade de Conservação em prol da manutenção da diversidade ambiental, como também histórico-cultural. O artigo discutirá a aproximação entre as áreas protegidas e os grupos sociais circundantes junto aos alunos da Escola do Campo Dom Pedro II que está localizada no município de São Miguel do Iguçu, na comunidade de São Jorge a qual faz fronteira com o Parque Nacional do Iguçu.

O trabalho foi organizado em bases qualitativas, as quais possuem vantagens como “capturar os diferentes significados das experiências vividas no ambiente escolar de modo a auxiliar a compreensão das relações entre os indivíduos, seu contexto e suas ações” (ANDRÉ, 1983, p. 66).

Todavia, a pesquisa-formação mostrou-se caminho metodológico adequado para viabilizar a reflexão dos educadores ambientais em formação sobre os processos que os formam enquanto tais, possibilitando, com isso, influenciar práticas para uma EA transformadora, cooperando num projeto coletivo. Por este motivo, constituiu-se como exercício elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso dividido em duas partes complementares: I) a realização de um *projeto coletivo* de intervenção comunitária com

foco educativo-ambiental; II) a redação de um *memorial auto-avaliativo* equivalente ao próprio desenvolvimento enquanto educador ambiental durante o curso.

Essas reflexões e práticas foram orientadas pelos conceitos de Professor Reflexivo (Donald Schön); História de Vida, auto-observação e relatos vivenciais grafados (Antonio Nóvoa) ou diários de campo (Marcos Sorrentino); Interdisciplinaridade e memória (Ivani Fazenda); Sujeito Ecológico (Isabel Carvalho); Complexidade (Morin); todos estes utilizados no tocante à elaboração do memorial analítico. Por outro lado, Trabalho coletivo (Alvarado-Prada); Pedagogia da Autonomia (Paulo Freire); Sujeito Ecológico (Isabel Carvalho); Participação (Juan Diaz Bordenave); Competências (Perrenoud); Racionalidade Ambiental (Enrique Leff); Espaços Educadores Sustentáveis (Trajber & Sato); foram conceitos fundamentais para a concretização do projeto coletivo.

Os principais resultados são apresentados na sequência, em dois tópicos conforme apontado, um sobre o projeto coletivo, e outro, intitulado memorial, que contempla a autoanálise quanto à formação enquanto educador ambiental e sujeito ecológico.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. DESENVOLVIMENTO DE PROJETO COLETIVO - ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Nesta seção será apresentado o projeto coletivo realizado durante o curso. A sua exposição segue o formato de artigo científico, pois espera-se fazer a publicação em revista e/ou evento científico na área de Educação Ambiental.

ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Karini Aparecida Scarpari¹
Suedja Raianny Nunes da Silva Abreu²

Resumo

A compreensão das relações socioambientais é central para uma gestão do território que vise a mediação dos conflitos inerentes às tensões entre sociedade e natureza. Desde esse ponto de vista, a Educação Ambiental no ambiente escolar é uma estratégia fundamental, pois busca a formação de cidadãos críticos sobre o modelo de sociedade atual. Dessa maneira, esse trabalho objetivou realizar uma intervenção na Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, em São Miguel do Iguaçu/PR, visando estimular os alunos do 6º e 7º anos a refletir sobre a proposta do Espaço Educador Sustentável. Assim, foram programados cinco encontros para o desenvolvimento de atividades que proporcionassem o conhecimento sobre o contexto local, reflexão sobre as relações socioambientais, além de incentivar a articulação social através da criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. A partir disso, foi possível identificar a potencialidade dos atores que fazem parte do ambiente escolar na gestão do território. Verifica-se que a crise ambiental é uma oportunidade para refletir sobre as práticas educativas, as relações socioambientais, a gestão participativa do território, principalmente em áreas limdeiras as Unidades de Conservação.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Escola do Campo; Gestão ambiental; Parque Nacional do Iguaçu.

1 Graduada em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal da Integração Latino-americana. E-mail: karini.scarpari@gmail.com

2 Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: suedja.y@gmail.com

Abstract

The understanding of environmental relations is central to the management territory that aim to mediate the conflicts inherent to the tensions between society and nature. From this point of view, environmental education in the school is a key strategy, because it seeks the formation of critical citizens about the current society model. Thus, this study aimed to carry out an intervention in the Rural School Dom Pedro II, in São Miguel do Iguaçu/PR, to stimulate the students of 6 and 7 grade - Middle school - to reflect on the proposal Space Sustainable Educator. Five meetings were scheduled for the development of activities that provided knowledge about the local context, reflection on the socio-environmental relations, and encourage social articulation through the creation of the Commission for the Environment and Quality of Life in School. From this it, was possible to identify the potential of the actors who are part of the school in territory management. It appears that the environmental crisis is an opportunity to reflect on educational practices, social and environmental relations, participatory in the territory management, especially in border area of conservation unit.

Keywords: Environmental education; Rural school; Environment management; Iguaçu National Park.

Introdução

As questões ambientais têm sido evidenciadas em proporções cada vez maiores por parte dos sujeitos pertencentes a diversos contextos socioculturais, ganhando espaço em discussões nos âmbitos social, político e econômico, geralmente, apresentadas como resultado da crise civilizatória e suas tendências (FARIA, 2004). Dessa forma, surge também a necessidade de reavaliar as relações de interdependência entre os sujeitos e o meio natural, através de mobilizações, disseminação de práticas, fortalecimento da cidadania e demais aspectos que auxiliam o sujeito a refletir sobre seu contexto e suas práticas.

Nesse cenário, a Educação Ambiental (EA) tem um papel fundamental no fortalecimento da relação Sociedade e Natureza, participando da formação de sujeitos capazes de desenvolver o pensamento crítico, como também apoderar-se do ato político por meio da participação na construção de outra realidade. Além disso, a EA pode contribuir estimulando reflexões dos atores sobre a biodiversidade³ e o contexto social que estão inseridos, através do universo educativo (JACOBI, 2003).

3 De acordo com o art. 2 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992, p. 9), a Biodiversidade significa: “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.

Considerando-se que a Educação com viés crítico é uma forma de contribuir para a mobilização de grupos em prol da conservação da diversidade ambiental, como também histórico-cultural, este artigo discutirá também a aproximação entre as áreas protegidas e os grupos sociais circundantes por meio da gestão participativa.

Se tratando da atividade educacional, a escola é um dos ambientes mais propícios para debates e discussões que podendo contribuir na formação de cidadãos críticos e reflexivos a partir da tomada de decisões desde a própria escola, seu entorno e a comunidade na qual a instituição está localizada, chegando até mesmo a esfera global, a partir da multiplicação de práticas (SILVA et al., 2015).

Nesse intuito, a atuação da EA se faz importante como fomentadora das transformações que os sujeitos promovem no seu território, e propulsora do desenvolvimento socioambiental a partir das discussões sobre o porquê e como conservar a biodiversidade em todos os seus aspectos. Para isso, se faz essencialmente importante conhecer o território (MENDES; DONATO, 2003).

Um dos principais elementos a serem considerados diante das mudanças que podem ser resultantes das reflexões e ações conjuntas dos atores é o espaço geográfico, construído pelas relações socioambientais (VARGAS, 2014), e ao ser demarcado passa a denominar-se território⁴. Essa também é uma questão posta como desafio no processo de gestão das Unidades de Conservação (UC's), uma vez que existe a necessidade frequente de realizar avaliações sobre os impactos positivos e negativos gerados na área protegida e no seu entorno (ICMBio, 2016).

A partir da gestão do território, as discussões sobre a melhor forma de administrar o espaço ocupado pelos sujeitos é uma problemática que perpassa distintas sociedades ao longo da história.

Já especificamente no período a partir de meados do século XIX, observa-se a intensificação dos debates sobre a importância de cuidar dos bens naturais. Diante do cenário marcado por intervenções antrópicas catastróficas fomentadas pela busca exacerbada do crescimento econômico, não sendo considerado o tempo de resiliência e a dinâmica dos processos ecológicos, surge também a ideia de demarcar áreas consideradas ricas em biodiversidade para protegê-las da utilização inadequada dos seus bens naturais, conforme aponta Silva (2011).

A partir do termo Desenvolvimento Sustentável, que passou a ser utilizado

4 Segundo Vargas (2014), o conceito de território compreende o produto das relações sociais e a ocupação exercida sobre a área.

comumente a partir do Relatório Brundtland (1987), Shiva (1991) propõe uma análise sobre a ideia de Sustentabilidade trazida nesse discurso, destacando que os princípios, objetivos e práticas utilizados como fundamento para construção dessa ideia, não são de fato sustentáveis devido a superexploração dos bens naturais, interferindo negativamente na manutenção dos processos ecológicos e, conseqüentemente, intervindo na economia da natureza, intensificando a pobreza e a crise ecológica.

De acordo com Faria (2004), as tentativas de buscar a melhor forma de manejar o que ainda resta do meio natural valida a promoção da sustentabilidade local e regional através de processos estratégicos, como por exemplo, a gestão participativa. Soma-se a isto, o surgimento de uma inquietude quanto ao futuro do nosso planeta, desencadeando ações e mobilizações globais contra o uso desenfreado dos bens naturais. Intensificam-se assim, medidas que priorizam a sustentabilidade, por meio de articulações e propostas geradas principalmente pela sociedade civil. Vargas (2014) ainda contribui afirmando que o significado construído a partir da percepção ambiental dos sujeitos que consideram o contexto local, é importante no estabelecimento do modo com que esses ocuparão o espaço.

Em meio a esse processo, a EA atuado no cenário socioambiental por meio do levantando de questionamentos, estimulando reflexões sobre as práticas dos sujeitos, mediando conflitos existentes, com a intenção de contribuir para a mobilização social e mudança de atitude dos sujeitos em relação ao seu território.

Além disso, as ações educativas que consideram as questões socioambientais, como no caso da EA, atuam também revigorando as discussões sobre equidade social, identidade local, dentre outros aspectos que surgem dos próprios sujeitos, como mostra o Guia de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade (2016).

Nesse sentido, as vivências dos sujeitos com o meio natural, assim como suas atividades diárias, precisam ser consideradas e abordadas no âmbito escolar com o intuito de estimular a construção do conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico. No que tange a área rural, para que haja o compartilhamento de melhores práticas de manejo no campo, é preciso o empoderamento dos atores que vivem nessa área, considerando a expansão atual da prática do agronegócio, que tem provado ser uma problemática ao oferecer sérios riscos para o ambiente natural, social e cultural.

Portanto, a realidade vivida e a construção da percepção sobre o meio ambiente remetem a uma outra questão, que é a forma com que surgem os diferentes conceitos

sobre a natureza, ambiente e ecossistema e que por consequência, conduzem a distintas formas de se pensar, planejar e organizar o território. Essas diferentes visões nem sempre entram em consenso, pois acabam divergindo-se com respeito a gestão do território, resultando em práticas que afetam direta e indiretamente o uso e a ocupação de uma determinada área, e que geralmente estão por trás de determinados conflitos.

Se tratando das áreas nas quais se localizam as UC's, há normas próprias de uso e manejo, que cumprem o objetivo de preservar os animais, os vegetais, o acervo cultural, a beleza cênica, as fontes científicas, variando de acordo com sua classificação (SCHENINI *et al*, 2004).

Nesse contexto, a EA se mostra como estratégia central na gestão ambiental, de acordo com ICMBio (2016), por auxiliar na promoção de uma gestão pública participativa como forma de promover maior efetividade no cuidado da “casa comum”. Para isso, o programa de uso público deve ser operacionalizado através de instrumentos normativos, se tornando de fato efetivo. No caso das UC's brasileiras, o Plano de Manejo é o documento técnico definido pela Lei 9.985/2000, instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), responsável por traçar os objetivos das áreas de valor ambiental no país, contemplando dessa maneira um modelo de gestão aplicados nas áreas protegidas que considera a importância do fator humano (BRASIL, 2000).

Somando-se ao que foi exposto até o momento e considerando o processo histórico de gestão da UC Parque Nacional do Iguaçu (PNI), é possível verificar diversos conflitos socioambientais que ocorreram desde sua criação em 1939, como o fechamento da Estrada do Colono (ligação entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu à Capanema e as atividades ilegais de caça, extração de madeira e palmito, por exemplo).

Dessa forma, é possível perceber o desafio enfrentado pelos gestores das Unidade de Conservação na mediação de tais conflitos, buscando solucioná-los juntamente com as comunidades lindeiras ao PNI.

Assim, considera-se como primordial que os atores circundantes as UC's, como no caso do PNI, sejam esclarecidos sobre o funcionamento, abrangência, uso e demarcação de áreas como esta.

Essa forma de refletir sobre o território pode ser percebida na postura que Boff (2013) assume ao ressaltar que um modelo de educação que realmente corresponda a crise civilizatória atual necessita estar baseado no resgate de alguns valores

fundamentais à vida, como a recuperação da sensibilidade emocional, da ideia de que o planeta é um organismo vivo, da unificação entre Sociedade e Natureza, do cuidado com os demais componentes do meio ambiente, da cooperação entre todos os que habitam a Terra, assim como da prática do respeito, destacando ainda a importância da espiritualidade.

Layrargues (2004) ainda contribui afirmando que o comprometimento com a ética socioambiental estimula a participação dos sujeitos na construção de uma sociedade sustentável por meio da reflexão sobre a crise ambiental atual. Nesse sentido, o ambiente escolar e seus alunos participam do processo de inovação e criação de uma outra racionalidade voltada à problemática ambiental e junto à comunidade civil, sendo capazes de praticar a EA no seu contexto local, exercendo assim, uma postura crítica em relação ao seu contexto. (GUIMARÃES, 2014).

Já no âmbito da Educação, há uma política pública pensada e construída conjuntamente entre o governo e sociedade civil organizada para compensar o histórico de negação ao direito das populações do campo em acessar uma educação pública e de qualidade, ou seja, a Educação do Campo. O reconhecimento da diversidade social e cultural do campo são evidenciados por essa política diante da marginalidade que elas têm ocupado no processo de discussão sobre a Educação brasileira.

Assim, o decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 dispõe sobre a política nacional de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Conforme o artigo 1º inciso II, são declaradas como escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

No Paraná (PR) a implementação da política de Educação do Campo está sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Paraná (SEED/PR) que coordena a publicação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Esse documento expressa a intenção de motivar os professores a conhecerem a realidade dos sujeitos do campo e reorganizar a sua prática pedagógica. Dessa forma, orienta-se que as Escolas do Campo passem a desenvolver um trabalho educativo com o objetivo de formar educandos com um sentimento de pertencimento, tendo em vista a vasta riqueza que o campo oferece à ampliação dos conhecimentos escolares (SEED/PR, 2010).

Dentre as instituições públicas brasileiras de ensino, se situam as Escolas do Campo, que segundo Catenacci *et al* (2014) ainda são discutidas de forma marginal ou

abordadas de modo insulado no âmbito da Educação. Mesmo apoiadas pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) que concede apoio técnico e financeiro para a realização da Política de Educação do Campo, a prática educativa realizada no meio rural necessita ser pensada a partir da sua individualidade e do contexto vivido pelos sujeitos. De acordo com Travessini (2015):

Em relação às escolas do município de São Miguel do Iguçu/PR, que receberam recentemente a nomenclatura de escolas do campo por parte da Secretaria do Estado de Educação do Paraná, não foram identificadas ações que as vinculem com o ideal das escolas do campo, seja em relação à matriz curricular diferenciada, seja do ponto de vista de projetos que visem o maior contato com o meio rural, ou de ações de promoção do desenvolvimento rural. (TRAVERSSINI, 2015; p. 41-42)

Vislumbra-se assim, a necessidade de aproximar a comunidade escolar das problemáticas vivenciadas pelos sujeitos do campo e estimular a reflexão sobre seu território, a partir de instrumentos metodológicos mediadores no processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, a promoção da Educação para a Sustentabilidade através da estruturação de Espaços Educadores Sustentáveis (EES) por meio da comunidade escolar (SILVA K., 2015).

Essa proposta deve estar baseada em uma intencionalidade pedagógica pautada na sustentabilidade, além do desenvolvimento e/ou utilização de alternativas ecologicamente corretas que levem a redução de impactos negativos gerados pelo funcionamento da escola, visando um futuro ambiental de qualidade para as próximas gerações (TRAJBER; SATO, 2010).

A contribuição de todos os frequentadores da escola, por meio de ações positivas que sejam definidas coletivamente são vistas desde o início como importantes, pois constituem o ponto de partida no exercício de comprometimento dos atores envolvidos no processo de transformação do ambiente escolar para um EES. É válido ressaltar que a estruturação dos EES não modifica os princípios estabelecidos pela política de Educação do Campo, apenas poderá complementar em diferentes aspectos, como mostra o Manual Escolas Sustentáveis.

Também é importante esclarecer que a proposta pedagógica das Escolas do Campo não é restrita a localização geográfica, podendo estar relacionada ao meio rural ou não, estando presente em cerca de 4.485 municípios brasileiros, de acordo com a Secretaria de Educação/ SC.

Assim, o Manual Escolas Sustentáveis, estabelecido pela Resolução CD/FNDE nº

18, de 21 de maio de 2013, pautado na Lei de nº 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, dispõe de orientações para auxiliar (inclusive no âmbito financeiro) a transformação de instituições de ensino em EES, a partir da adequação do currículo, gestão e do espaço físico como forma de incentivar um ensino de melhor qualidade, construído com base na intencionalidade pedagógica pautada na prática da sustentabilidade.

O documento recomenda ainda o estabelecimento de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida), podendo ser composta pelos diversos atores da comunidade escolar, com o intuito de atuar em ações que promovam a sustentabilidade na Escola, refletindo e agindo na mobilização de outros sujeitos para promoção de mudanças do espaço escolar e seu entorno, além da melhoria da qualidade de vida.

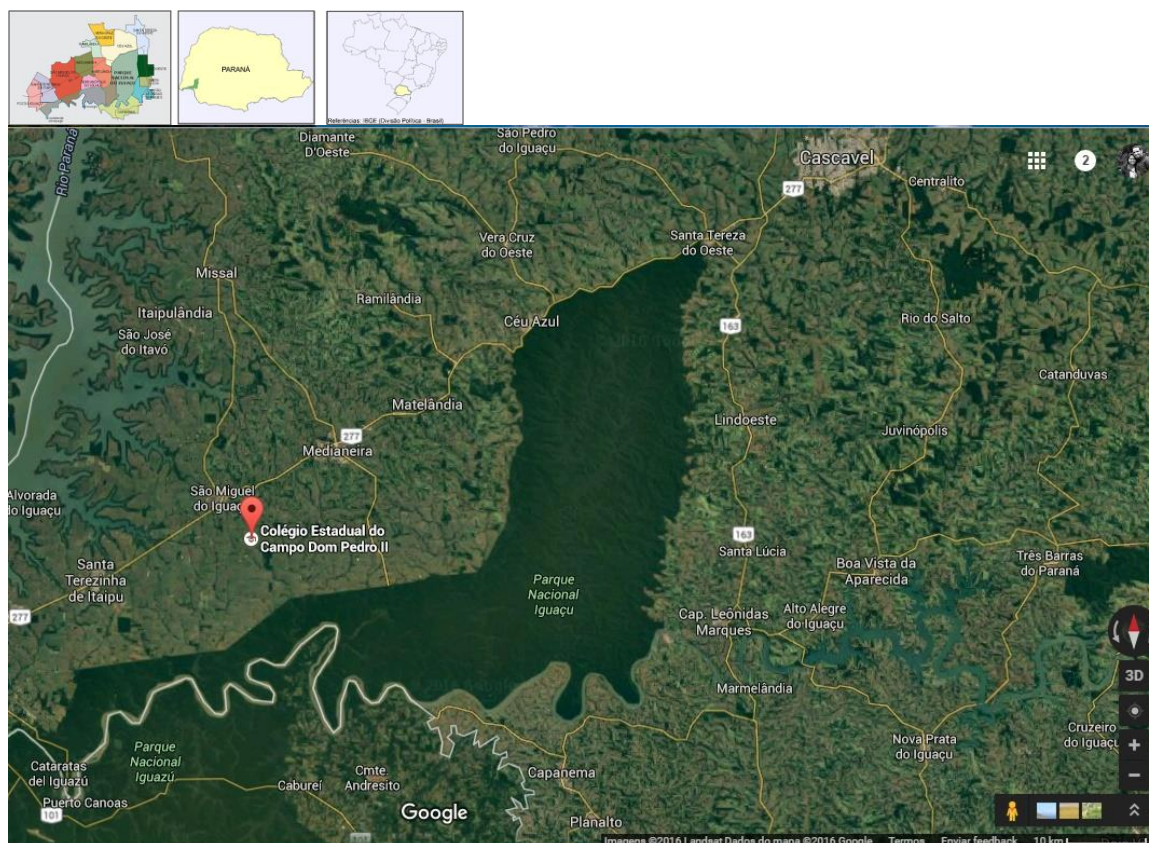
Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, localizada na zona rural do Município de São Miguel do Iguçu - Paraná. Esta instituição passou a ser reconhecida como Escola do Campo em 2012, porém as atividades dessa instituição ainda não estão de fato baseadas no contexto no qual está inserida.

A Escola está situada próxima aos limites do PNI e os alunos que a frequentam também residem em comunidades lindeiras a UC. Outro aspecto importante é o fato da gestão escolar estar repensado a inserção e atuação dessa instituição na comunidade de São Jorge (Município de São Miguel do Iguçu - PR), a partir do contexto local, considerando as questões socioambientais.

Já o PNI é uma área protegida com aproximadamente 185 mil hectares, criada em 1939 por meio do Decreto nº 1.035, sendo atualmente gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio). Trata-se de uma grande remanescente da floresta atlântica semidecídua, abrigando diversas espécies – algumas já inseridas na lista de espécies ameaçadas de extinção (BIESEK; CARDOZO, 2012). Também é reconhecida pelo seu atrativo cênico - as Cataratas do Iguçu - responsável por elegê-lo como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1986.

Figura 1. Localização da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu/PR.



(Fonte: Google Maps)

Atualmente essa UC está em processo de revisão do Plano de Manejo, que sob orientação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), tem fomentado a participação comunitária. Nesse sentido, o trabalho proposto buscou contribuir também para o diagnóstico socioambiental das comunidades lindeiras ao PNI, o que por sua vez, coloca a Escola Estadual do Campo Dom Pedro II como um local de interesse nesse processo.

O principal objetivo da realização desse projeto foi contribuir, por meio da EA, com os atores que fazem parte dessa Escola do Campo, estimulando-os a pensar a partir da proposta do EES, como também refletir sobre sua relação com o PNI. Por meio das atividades buscou-se conhecer e levantar informações sobre o contexto local; estimular os alunos a refletirem sobre as relações socioambientais; motivar a compreensão e aproximação dos sujeitos quanto a importância, funcionalidade e valoração do PNI, além de incentivar a organização dos sujeitos para criação de uma Comissão de Meio

Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.

As ações foram desenvolvidas com a participação de 54 alunos das turmas de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, durante cinco encontros (fevereiro a junho/2016). Optou-se por uma metodologia mista, com a abordagem da Educação Ambiental Crítica realizada a partir do levantamento de dados empíricos e de reflexões feitas pelos atores.

É importante salientar que o estabelecimento prévio de um diálogo com a gestão escolar, bem como o esclarecimento da proposta do projeto aos envolvidos, é considerado um aspecto importante para o desenvolvimento das atividades.

No primeiro encontro realizou-se a apresentação da proposta do projeto aos alunos e a aplicação, em sala de aula, de um questionário semi-estruturado, possibilitando o levantamento de informações das percepções e práticas dos participantes com respeito a escola, a residência, a comunidade, bem como a região do município, desses sujeitos. As questões propostas foram:

- Você conhece o Parque Nacional do Iguaçu?
 Sim. Sim, eu moro perto dele. Não.
- Você ajuda a cuidar do meio ambiente?
 Sim. Como? _____ Não.

No segundo momento as atividades foram baseadas no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), conjunto de técnicas e ferramentas que permite a comunidade fazer seu próprio diagnóstico com base no conhecimento dos participantes, para identificação das peculiaridades do território. Para Faria (2006), essa percepção é pautada nos processos de diálogo e pode contribuir para relações sociais mais harmônicas, além de ser o caminho para a formação de cidadãos mais participativos, mais reflexivos e mais ativos diante da realidade.

Os alunos foram organizados em grupos de cinco participantes e estimulados a refletir e construir o conceito sobre “O que é meio ambiente?”. Cada grupo apresentou sua ideia construída, destacando os elementos considerados como parte do meio ambiente. Sendo as discussões norteadas pelas perguntas:

- A escola faz parte do meio ambiente?
- Quais elementos da escola fazem você se sentir perto da natureza?
- Qual espaço da escola você mais gosta? Por quê?

- A escola tem problemas ambientais? Quais?

Foi proposto também a construção do Mapa Falado que possibilitou a identificação e registro de elementos da paisagem e de uso/ocupação do território, considerados importantes pelos alunos, e que conseqüentemente constituem o espaço, através de materiais como cartolina, papel e lápis colorido (ICMBIO, 2015),

No primeiro momento utilizou-se o mapa do município de São Miguel do Iguazu e, posteriormente, o mapa de contorno do PNI para localização do município.

O terceiro encontro iniciou com a retomada das discussões do encontro anterior. Em seguida, os alunos foram incentivados a refletir sobre a função do homem no meio ambiente, após as discussões, realizou-se a exibição do vídeo “Man”, do ilustrador especializado em animação - Steve Cutts, com o fim de fomentar a reflexão sobre a atuação do homem sobre o planeta.

A partir da temática sobre os bens naturais, foi lançado o questionamento “o que vocês conhecem sobre o PNI?”, seguido por imagens da biodiversidade abrigada nesta área de conservação. Nessa atividade foi explanado o motivo da criação das áreas protegidas e o contexto da superexploração dos bens naturais. Para essa etapa também foi utilizado o vídeo “Money”, produzido pela WWF, para fomentar as discussões sobre a consequência de pequenas ações no contexto local-global.

O quarto encontro foi realizado a partir da retrospectiva da atividade anterior, e a exibição de notícias que provam as consequências globais de ações locais, como o exemplo da notícia sobre os “pesquisadores brasileiros na Antártida que encontraram contaminação por mercúrio em pinguins e outras substâncias poluentes que podem causar várias alterações biológicas (câncer) nos animais”.

A partir dessa discussão, os alunos foram estimulados a pensar no que é possível mudar a partir do território que ocupamos, considerando a própria escola como início das transformações. Em seguida, foram exibidos vídeos de escolas em que os alunos procuraram mobilizar a comunidade escolar com o fim de refletir e promover mudanças em seus contextos, como o caso da Escola Municipal Professora Ada Sant'Anna da Silveira, localizada em Joinville/SC. Ainda nessa atividade ressaltou-se os conceitos de Escola Sustentável, bem como a adequação do espaço físico, da gestão e do currículo escolar.

No último encontro as atividades foram desenvolvidas com um único grupo, composto pelas duas turmas juntas, no pátio da escola. Recordou-se as discussões da

atividade anterior e, logo depois, os participantes se dividiram em seis grupos e foram estimulados a pensar, a partir das discussões desenvolvidas em todos os outros encontros, levantando propostas de melhoria para a Escola do Campo Dom Pedro II.

A etapa seguinte foi a construção da Árvore dos Sonhos, atividade proposta através da Oficina do Futuro (metodologia criada pelo Instituto para a cidadania - ECOAR), realizada a partir de etapas para a construção de projetos coletivos com vistas a resolução de problemas socioambientais. As ideias e sugestões foram escritas em papéis em formato de folha e complementaram a ornamentação em forma de árvore, que ficou exposta no pátio da Escola.

Logo depois foi abordada a necessidade da organização social do grupo para alcançar os objetivos coletivos. Para isso foram explicados os conceitos e a atuação da Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) na Escola. O encontro foi encerrado com um convite para a composição da COM-VIDA da Escola do Campo Dom Pedro II, composta por alunos do 6º e 7º ano. Em seguida, os participantes foram incentivados a pensar na primeira ação da COM-VIDA, como também receberam materiais didáticos que ajudarão a orientá-los nas mobilizações.

Análise de Dados e Discussão

A EA atuando por meio do EES tem um papel chave na reflexão de conceitos que podem fortalecer a relação entre Sociedade e Natureza, formando sujeitos capazes de desenvolver pensamento e consciência crítica necessários para a atuação política através da ação participante nos espaços de construção e tomada de decisão.

Ao analisar as respostas sobre a questão da aproximação dos sujeitos em relação ao PNI (ver Gráfico 1) e, em caso afirmativo, sobre reconhecimento quanto ao Parque Nacional do Iguaçu (ver Gráfico 2), é possível perceber que embora os alunos que frequentam a Escola, também residem na mesma comunidade ou nas proximidades da instituição, apenas 8 sujeitos afirmaram conhecer o PNI e morar próximo. Essa realidade ressalta a necessidade de estratégias que estimule a reflexão sobre o reconhecimento dos sujeitos em relação ao território que ocupam e as práticas cotidianas adotada.

Gráfico 1. Aproximação dos sujeitos como o Parque Nacional do Iguaçu.

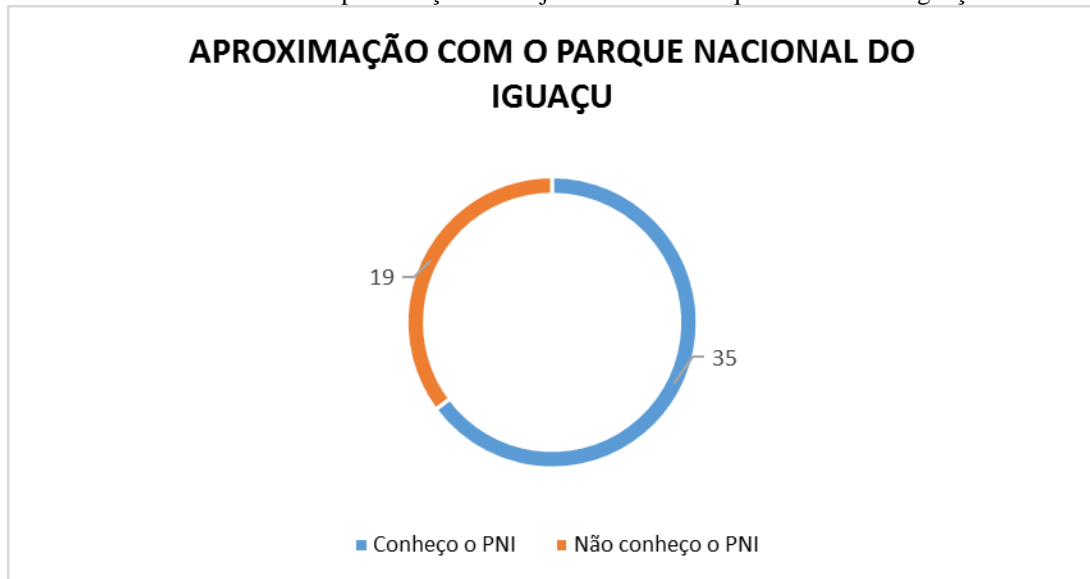
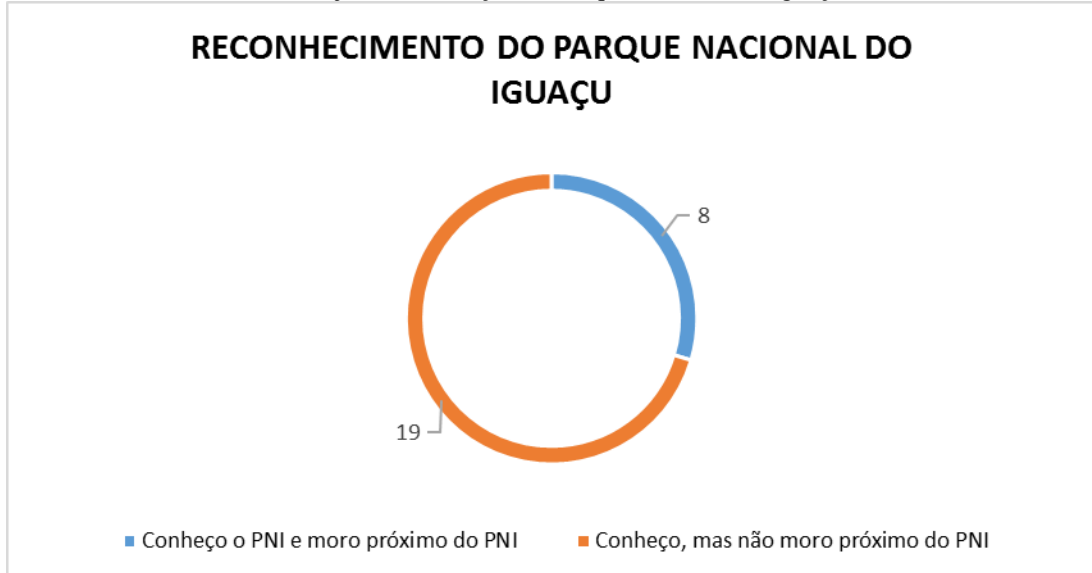


Gráfico 2. Reconhecimento dos sujeitos em relação ao Parque Nacional do Iguaçu.



A maioria dos participantes também afirmaram (Gráfico 3) e descreveram práticas que consideram ser de contribuição no cuidado com o meio ambiente (Gráfico 4), mostrados a seguir:

Gráfico 3. Contribuições dos participantes em relação ao meio ambiente.

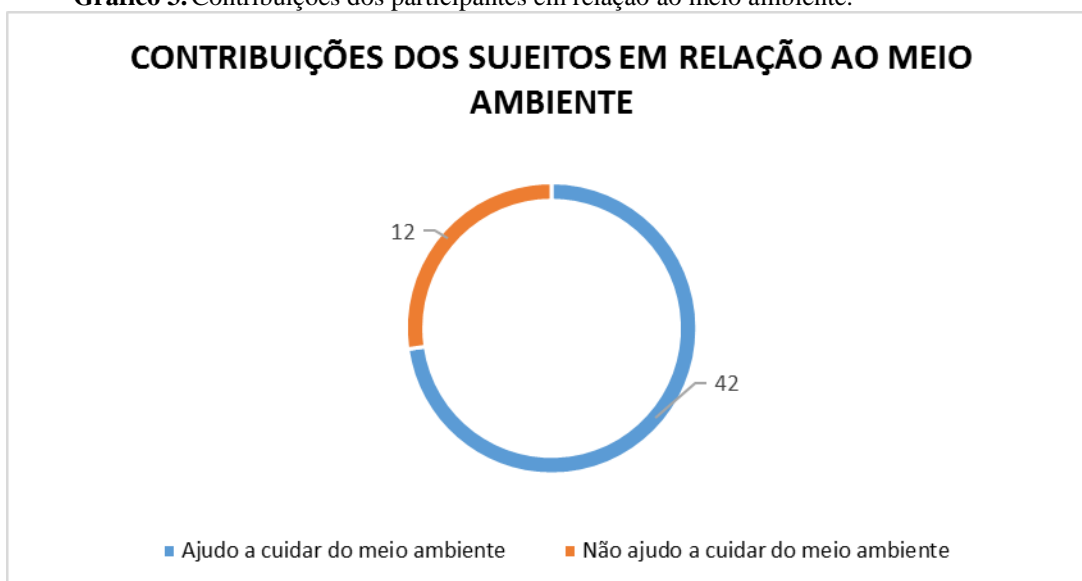
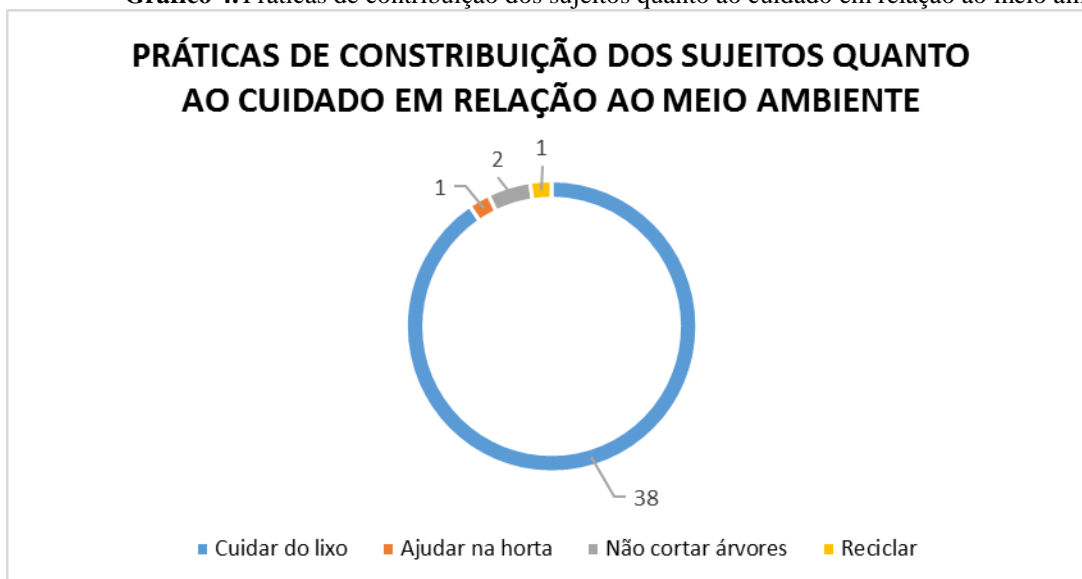


Gráfico 4. Práticas de contribuição dos sujeitos quanto ao cuidado em relação ao meio ambiente.



De acordo com as práticas expostas pelos sujeitos nas respostas, é possível perceber que o cuidado com o lixo é a forma mais comum, identificada pelos alunos, de contribuição com o meio ambiente, podendo ser também uma temática utilizada na prática pedagógica como um tema gerador⁵. Nesse caso, a EA pode fomentar a reflexão sobre

⁵ Segundo Layragues (2006), temas geradores são estratégias metodológicas de um processo de conscientização da realidade opressora vivida nas sociedades desiguais”.

as práticas do cotidiano, não se restringindo ao descarte/separação correta do lixo, mas buscando problematizar o atual modelo de sociedade e as consequências para o ambiente, bem como a origem da matéria prima dos produtos que consomem e o tempo de decomposição, estimulando a construção de um olhar crítico dos sujeitos em relação ao seu território.

A partir da atividade de percepção por meio da construção do conceito de meio ambiente, foi evidenciada a ideia de separação entre a Sociedade e a Natureza, pois apenas um dos grupos inseriu a figura social no contexto do meio ambiente, sendo os demais conceitos compostos por elementos de fauna, flora e outros aspectos do meio natural. Esperava-se que, se tratando do meio rural, houvesse uma maior relação entre o fator social e ambiental, considerando que a vivência dos participantes com o meio natural é mais frequente, quando comparado ao contexto urbano.

Essa realidade pode influenciar nas práticas cotidianas, já que a ausência do sentimento de pertencimento ao meio ambiente pode refletir diretamente nas práticas dos sujeitos.

Através da construção do Mapa Falado, foram indicadas atividades de caça, queimadas, descarte inadequado de resíduos nos rios e rotas de contrabando, evidenciando a necessidade de projetos de educação socioambiental que contribua para a transformação desse cenário.

Figura 2. Produção do mapa falado pelos participantes da turma de 7º ano.



(Fonte: Karini Scarpari)

Outros aspectos dizem respeito a produção de alimento, a reciclagem, a plantio de árvores. Nesse caso, a Escola pode assumir um papel chave difundindo e estimulando essas ações identificadas pelos alunos, por meio de projetos, eventos, cursos e mobilizações sociais junto à comunidade.

Na discussão ocorrida após a exibição dos vídeos relacionados à biodiversidade e o PNI, foi possível perceber que apenas a área de atividade turística do PNI é identificada pelos participantes como UC, não sendo considerado o papel fundamental de toda a área de conservação. Dessa forma, a área protegida também não é reconhecida como elemento do território desses sujeitos.

Figura 3. Exibição dos vídeos do III Encontro com a turma do 7º ano.



(Fonte: Karini Scarpari)

A partir do debate gerado pela exibição dos vídeos de casos de Escolas Sustentáveis exibidas pelos vídeos, os alunos demonstraram ânimo e comentaram sobre os desafios para mudar a realidade da escola.

Na construção da Árvore dos Sonhos, as expectativas de muitos anseios expressos estavam relacionadas com a melhor utilização de espaços da escola e com articulações para o envolvimento com a comunidade, como por exemplo, “retomar o

projeto da horta na Escola”. Nesse caso foi notório que, quando estimulados, os alunos podem assumir um papel chave na identificação de necessidades locais, como também contribuir na gestão da escola, podendo ainda serem relevantes na comunidade e no território. Observa-se que esse processo de estímulo à construção de ideias coletivas contribui para formação cidadã.

Figura 4. Construção da *Árvore dos Sonhos*.



(Fonte: Suedja Abreu)

A composição da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida foi um momento crucial, uma vez que esse grupo será responsável pelas articulações e tomadas de decisão posteriores, sendo essencial para a continuidade e ampliação das ideias discutidas durante as atividades.

A postura observada nos participantes desse grupo, como a definição da quantidade de integrantes, a articulação de reuniões e o planejamento sobre o uso dos materiais recebidos, são considerados indicadores significativos do potencial da EA no processo de articulação e mobilização social. Seu andamento pode resultar ainda em diversas transformações do ambiente escolar, podendo contribuir futuramente na melhor gestão do território.

Figura 5. Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II.



(Fonte: Luciano Abreu)

Considerações Finais

A crise ambiental é uma oportunidade para refletir sobre as práticas educativas, as relações socioambientais, como também a participação na gestão pública sobre o território, principalmente em áreas limediras as UC. Nesse caso, a EA pode contribuir na revisão das práticas pedagógicas utilizadas nos espaços escolares, bem como na reflexão sobre a realidade escolar e as problemáticas locais, com o intuito de transformar, de fato, o contexto vivido pelos sujeitos, através dos mesmos. Consequentemente, ocorrerá a mudança socioambiental e a transformação da perspectiva dos atores sobre seu território.

Além disso, nota-se que os atores do universo educativo são relevantes na potencialização das reflexões envolvendo os bens naturais e seu contexto social (JACOBI, 2003), a partir da prática pedagógica que considere os aspectos socioambientais.

Considerando o crítico contexto atual sobre o aspecto socioambiental global, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (GOVERNO FEDERAL, 2008) prevê a implementação de Espaços Educadores Sustentáveis em ambientes escolares e

universitários com a adaptação da estrutura física, da gestão e da intencionalidade pedagógica. Com isso, a problemática envolvendo a biodiversidade no âmbito global, desencadeia necessidades quanto à proteção dos diversos ecossistemas, tornando indispensável o fortalecimento da relação sociedade e natureza, com a cooperação principalmente dos sujeitos lindeiros as áreas protegidas, como no caso apresentado do Parque Nacional do Iguaçu.

Por fim, entende-se que o processo de aprendizagem e transformações a partir da proposta de estruturação do EES são contínuos, não sendo possível mensurá-los completamente, porém é notória a potencialidade da EA como fomentadora da organização e articulação dos sujeitos no contexto escolar, como por exemplo através da COM-VIDA, com o objetivo de estimular a estruturação de lideranças e a participação na gestão do território.

Referências

BIESEK, A.S.; CARDOZO, P.F. Interpretação do Patrimônio Ambiental: o caso do Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR). **Revista de Cultura e Turismo**. Santa Cruz, v. 6, nº 4, Out/2012.

BOFF, L. Ecoeducação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2013, p. 105-110.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm> . Acesso em 25 de jul. de 2016.

BRASIL. Lei Federal no. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da União**, P 1-6, 19 de jul. de 2000. Seção I. Regulamenta o artigo 225, 1º - incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000.

BRASIL, Governo Federal. **Lei de educação ambiental nº 9795/99**. Brasília: 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre a diversidade biológica**. Brasil: 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf. Acesso em: 25 jul. 2016.

CATENACCI, L. S.; COUTINHO, J.; XAVIER, L. P.; MOURA, S. G. Educação para além das cercas das escolas rurais. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 343 -355.

D'OLIVEIRA, Enílson; BURSZTYN, Ivan; BADIN, Luciana. **Parque Nacional do Iguaçu**.

IVT - Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2002.

FARIA, A. A. C. **Ferramentas do Diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rápido participativo**. IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil/MMA - Ministério do Meio Ambiente; Brasília, 2006.

FARIA, H.H. Eficácia de gestão de Unidades de Conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil. **Tese** de doutorado. Depto. Geografia. UNESP. Presidente Prudente, SP. 2004. 401p.

GOVERNO FEDERAL (2008). Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

GUIMARÃES, R. P. Ecopolítica. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 111-121.

ICMBIO. **Conselhos Gestores de Unidade de Conservação Federais**. 2º edição, Brasília, 2015.

ICMBIO. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação**: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade (Guia informativo, orientador e inspirador). Brasília: MMA/WWF, 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa** [online]. n.118, p. 189-206, 2003. ISSN 0100-1574.

LAYRARGUES, Philippe P. **Identidades da Educação Ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MEC (Ministério da Educação). **Manual Escolas Sustentáveis**. Brasília, MEC, 2013. Disponível em: http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/1857975698.manual_escolas_sustentaveis_v_04.06_2013.pdf >. Acesso em 12 fev. 2016.

MEC (Ministério da Educação). **PRONACAMPO**. Brasília, MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18720:pronacampo&catid=194:secad-educacao-continuada. Acesso em 07 fev. 2016.

MENDES, R.; DONATO, A.F. Território: Espaço social de construção de identidades e de políticas. **SANARE, Revista de Políticas Públicas**, v. 4, n.1, p.34-38, 2003.

MORAN, Emilio Frederico. **Meio ambiente e ciências sociais**: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Senac, 2011. 307 p. ISBN 978-85-396-0090-8.

Oficina do Futuro: Construindo projetos coletivos. Disponível em: <www.ecoar.org.br>. Acesso em 2 set. 2015.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M. & CASARIN, V. W. 2004. Unidades de Conservação: Aspectos históricos e sua Evolução. COBRAC – 2004. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico **Multifinalitário**, UFSC, Florianópolis 10 a 14 de outubro de 2004.

Secretaria do Estado de Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, SEED/PR, 2010. Disponível em: <<http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>>.

SHIVA, V. “Que quiere decir sustentable”. **Revista del Sur**, Montevideo, n.3, marzo-abril, 1991.

SILVA, K.M.; ARAÚJO, M.L.; MAIA, R.C.; FARIAS, S.F.; NUNES, T.G.R. Práticas Lúdicas X Educação Ambiental: Contribuindo para a conscientização na Escola Estadual Ruy Paranaatinga Barata. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 221-234, 2015.

SILVA, V. B.; CRISPIM, J. Q. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Geomae**, Campo Mourão, v. 2, n. 1, p.163 – 175, 2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/30/pdf_24>. Acesso em 28 mar. 2016.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. 1517-1256, v. especial, Rio Grande – RS, setembro de 2010.

TRAVESSINI, Desideri Marx. **Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguçu, PR**. 2015. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguçu, 2015.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Temas ambientais como “temas geradores”:** **contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória**. Educar, Curitiba: Ed. UFPR, n. 27, p. 93-110, 2006.

VARGAS, M. G. Território. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 305-314.

2.2. MEMORIAL - “REFLEXÕES OBTIDAS A PARTIR DA ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS”

Neste capítulo será apresentado o memorial, desenvolvido a partir dos relatos das aulas da especialização.

Introdução

Esse memorial é resultado da trajetória enquanto aluna da Pós-Graduação Latu Senso em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis ofertado pela Universidade Federal da Integração Latino Americana. Durante os 18 meses de funcionamento do curso, entre o ano de 2015 e 2016, o mesmo esteve dividido em sete módulos que possibilitaram aos alunos um aprimoramento teórico-pedagógico sobre a questão ambiental.

Os módulos apresentados foram: I) Modelo de Sociedade e Desenvolvimento: da sociedade de risco à sociedade sustentável; II) Educação Ambiental, Sujeitos e Identidades: abordagens histórico-antropológicas; III) Panorama da Educação Ambiental no Brasil; IV) Temas Geradores: mudanças ambientais globais; V) Instrumentação para a Educação Ambiental e a prática interdisciplinar; VI) Escolas e sociedades sustentáveis; e VII) Projetos.

Nesse sentido, o objetivo do memorial é primeiramente, fazer a compilação das anotações coletadas em cada um dos módulos cursados. Em segundo lugar, com a finalidade de estruturar a experiência vivenciada, será feita a análise da trajetória no curso para posteriormente, compartilhar de maneira geral, reflexões obtidas a partir da Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis.

Desenvolvimento

Esta parte é dedicada na realização de um balanço de como foi a vivência durante a pós, através da análise de nossa evolução enquanto educador ambiental. Uma das estratégias que acompanham esse desenvolvimento, pode-se dizer que está nos questionamentos levantados sobre os conceitos e concepções acerca da natureza, do ambiente e da educação.

O entendimento de algo passa sempre por pré-noções, até mesmo a expressão

“Educação Ambiental”, por exemplo. Dessa forma, os significados são representações sociais que remetem a ideias construídas socialmente, por influência de nossa cultura, das experiências de vida, dos valores, crenças e relações estabelecidas em determinado tempo e espaço social.

Muitos conceitos apresentam ainda a característica de ser polissêmico, isto é, podem assumir diferentes significados dependendo do grupo. Portanto, todos estão expostos a determinadas representações sociais, a partir da interação com o(s) grupo(s) ao qual pertence, o que para Jodelet (1993; apud TECHIO, 2011) se expressa através do próprio pensamento de um grupo.

Sabe-se que o pensamento é inicialmente formado pelo senso comum responsável por construir nossos significados a respeito dos objetos e eventos, e que estes permanecem representados simbolicamente na mente dos indivíduos. Entretanto, as representações sociais não são apenas uma simples reprodução de determinado objeto, mas implicam necessariamente sua transformação e construção pelo grupo.

Segundo Jodelet (1991; apud TECHIO, 2011) as representações sociais vinculam-se a sistemas de pensamentos mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado de conhecimento científico, como a condição social e a esfera de experiências prévias e afetivas dos indivíduos. Nesse sentido, essa especialização colaborou com o desenvolvimento de um pensamento crítico do grupo sobre as questões ambientais através da análise e discussão de conceitos teóricos e metodológicos e da experiência prática.

A partir disso, a tentativa que se segue será em expor o que aprendi, como aprendi, o que mudou e o que permaneceu o mesmo desde que se iniciou o curso, tomando-o dessa maneira, como a formação de um grupo de especialistas em Educação Ambiental (EA). A ideia é fazer uma síntese sobre os assuntos e temas chaves, e não discutir item por item do que foi trabalhado.

De acordo com Leonardo Boff (2004), cada pessoa precisa se descobrir como parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em seus aspectos de natureza, seja em sua menção de cultura. Nesse sentido, percebe-se com base em cada módulo compartilhado pelo grupo uma evolução frente aos valores e princípios comuns a EA com viés crítico.

Considerando que a EA é frequentemente palco de disputas entre diversas entidades sociais, políticas e econômicas que argumentam, dialogam e traçam

deliberações sobre o assunto, mas, sempre a partir de certos interesses. Fica evidente que é preciso estar atento sobre qualquer discurso acerca do Meio Ambiente para não se confundir sobre as intenções e valores apresentados, pois pode-se assumir três práticas da EA: (i) EA conservacionista; (ii) EA pragmática; e (iii) EA crítica.

A Teoria das Relações Sociais diz que, as pessoas que dividem significados sobre eventos e objetos, tem a possibilidade de estabelecer relações entre eles. Como somos seres sociais, a todo momento estamos interagindo com outros seres/objetos, falando e ouvindo, o que provoca diferentes interpretações e sentimentos com o que vivenciamos cotidianamente. Essa teoria foi fundamental para compreensão da metodologia construída com o grupo. Principalmente por oferecer subsídios para reflexão durante todo processo de aprendizagem.

Contudo, algumas reações quando não são bem interpretadas podem desencadear conflitos, sendo importante entender as representações e trabalhar para amenizar seus possíveis danos. Um conflito não deve ser encarado como algo negativo, mais ele é sem dúvida alguma, um meio de disputa entre forças opostas. Isso nos ajuda a compreender como essa trajetória, que apresenta uma série de eventos e ocasiões ímpar, possibilitou o avanço na construção de projetos coletivos, primeiro em grupos menores e depois sendo socializado com a turma.

A primeira dificuldade enquanto grupo foi em aprender a conviver, aceitar e respeitar as diferentes posturas derivadas da diversidade de atores que compõem o curso. Outra foi a superação das expectativas quanto ao curso, que por se tratar de um curso de formação superior, acreditava-se que o mesmo apresentaria um formato comum ao modelo de educação tradicional, com metodologias e aulas já conhecidos por todos.

Nesse sentido, vale ressaltar o incentivo para que a construção dos projetos fosse orientada por técnicas de pesquisa diferentes do habitual onde o público alvo não tem a possibilidade de participar ativamente. Por exemplo, a pesquisa coletiva e a pesquisa-ação são metodologias que permitem avaliar formas de se propor ações socioambientais para que estas sejam mais inclusivas e participativas.

Como constatado no decorrer das aulas, a participação não tem uma única definição, ela pode ser descrita e analisada a partir de diferentes perspectivas. Nesse caso, a pesquisa sobre o que é a participação e o conhecimento das diferenças entre suas aplicações significaram que, algumas metodologias utilizadas como formas de participação não garantem uma efetiva condição para que o sujeito participe.

Saber identificar casos em que a participação é apenas falácia, permite pensar na construção de novas metodologias a serem aplicadas de maneira integral, pois diferentes ambientes implicam diferentes maneiras de participar. Assim, o educador ambiental precisa aprender a olhar por diferentes ângulos captando as diferentes percepções presentes para obter a participação social.

Através das atividades desenvolvidas durante o curso foi possível vivenciar um pouco da EA e seu papel de sensibilizar as pessoas. Vimos que a educomunicação é uma importante ferramenta para a EA ao permitir uma interação do público-alvo com as mídias atuais, contribuindo para a construção de processos de aprendizagem horizontais que tenham como foco a reflexão sobre a realidade e ação de atores a nível local, preparando-os para a promoção de um mundo diferente.

Quase sempre interferimos nos espaços (ambientes), mais poucas vezes nos damos conta de como esse mesmo ambiente influência as nossas ações. O vídeo sobre “a influência social (<https://youtu.be/cyLCDNVB83k>)” mostra muito bem como nossas ações são moldadas de acordo com o contexto social no qual estamos inserimos.

Com a percepção de que vivemos numa época na qual o pensamento lógico e deliberado é o mais valorizado por nossa Educação, como sabemos, isso se deve principalmente pela influência do Pensamento Ocidental que valoriza a fragmentação das partes, ou seja, é a própria Teoria Cartesiana que orienta a Ciência Moderna, e isso reflete nas Escolas e Universidades da atualidade e no próprio ser, daí a dificuldade em promover ações coletivas e participativas.

Reconhecer esse processo, e encontrar referências para contrapor essa ideia dominante nos fez evoluir enquanto pessoas e enquanto grupo. Assim como na sala de aula, as visitas técnicas realizadas permitiram conhecer melhor as ações que estão ocorrendo como, as propostas de reflorestamento e recuperação de áreas de floresta nativa, servindo para identificar e avaliar a capacidades de resiliência dos ambientes a partir da intervenção humana.

A degradação presente em um território depende do tipo de uso feito no local, o que implica necessariamente em repensarmos as técnicas utilizadas, os sistemas produtivos escolhidos e suas implicações ao meio ambiente. Considerando que o homem é parte da natureza, portanto, tudo o que ele faz ou deixa de fazer condicionam a sua forma de vida também.

Considerações Finais

Para finalizar, pode-se dizer de maneira geral que o curso contribuiu para o entendimento sobre as causas dos problemas ambientais. Isto resulta sobretudo do atual modelo de sociedade na qual vivemos e que se encontra projetado para o consumo em massa. Não se respeita as diferentes formas de vida existentes no planeta ocasionando um desequilíbrio nos diferentes ecossistemas.

As atividades humanas vêm perturbando o ambiente de maneira severa, seja através da agricultura e da pecuária ou pela urbanização, o que está por trás dessa conduta é um modelo de sociedade com princípios e valores contrários a manutenção e reprodução da vida e que causam conflitos e degradação por toda parte.

Os centros urbanos apresentam atualmente tanto barulho produzido pelos automóveis, aviões e máquinas que são considerados insuportáveis aos ouvidos humanos levando pessoas ao estresse, imagine então como é para os animais que possuem a audição mais acentuada e que convivem obrigatoriamente com isto.

No que se refere aos espaços que estamos ocupando, devemos nos lembrar que as relações interpessoais entre os integrantes de uma empresa, escola, universidade e etc., constituem parte daquele ambiente. Não adianta nada mudar o aspecto das coisas sem mudar a forma com que nos relacionamos com o entorno, inclui-se aqui pessoas, animais e objetos. Assim, em cada espaço, em cada situação temos que desenvolver práticas e estratégias diferenciadas para alcançar a sustentabilidade, promovendo e transformando o lugar em um Espaço Educador Sustentável.

Haja visto que o Estado atua sempre de forma ambígua, hora defendendo os interesses da população e do seu território, e hora do capital global que anseia pelos recursos armazenados nele. No que se refere a Legislação Ambiental, constatou-se que a maioria dos Países latino-americanos contam com leis específicas na área ambiental. A maioria dessas leis se deram após os regimes militares ou ainda durante os mesmos.

Em relação as Políticas Ambientais, sua execução na maioria dos casos fica a cargo de um ministério que é encarregado do meio ambiente. Já as instituições que trabalham sobre a perspectiva da Educação Ambiental tendem a promover ações pontuais que funcionam como atividade fim, pois não se tem o intuito de promover a mudança nos padrões existentes.

E para concluir, acredito que minha evolução no grupo de especialização em EA encontra-se na reflexão e no entendimento de que a função da Educação Ambiental

crítica é de empoderar os atores sociais na construção de novos princípios e valores que orientem o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável, mais justa e com equidade social e ambiental. Para que todos os seres tenham as mesmas condições de se desenvolver integralmente, e que aqueles que se encontram marginalizados possam defender seus direitos de acesso ao território e de viverem conforme sua cultura local, sem intervenções por parte do Estado e das corporações, em um ambiente tranquilo e sustentável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade é um palco de conflitos e com as questões ambientais não poderia ser diferente. Há uma frequente disputa entre concepções através dos diferentes referenciais utilizados para definir a natureza e a própria política que orienta a gestão territorial.

Primeiro houve um predomínio da visão preservacionista para proteção das belezas naturais, seguida de perto pela visão produtivista e da racionalidade econômica de uso dos recursos. De outro lado apareceu a visão conservacionista que enfatiza os serviços ecossistêmicos, e por último a visão holística que apresenta múltiplas visões sobre o território, natureza e cultura, mas que conforme constatou-se ainda é pouco considerada nas Políticas Ambientais.

Países como o Brasil que comportam uma estrutura quase que continental, com uma diversidade de ambientes e culturas bem diversas, mesmo oferecendo aparatos legais que deem condições a preservação e conservação do meio ambiente, fica praticamente impossível dentro da lógica empregada as Políticas Ambientais e a Gestão imposta aos territórios, estabelecer limites que sejam coerentes com as realidades locais, tanto social como físico-natural.

É errôneo pensar que a decisão sobre o território deve ficar apenas sobre responsabilidade dos governos, centralizando as decisões sobre a utilização dos recursos e o uso dos territórios deixando a população a margem do processo. Isto tem fragilizado ainda mais aqueles agrupamentos que já se encontram em situação de risco e exclusão social, e que acabam sendo os mais afetados por essa lógica.

Entretanto, gestão participativa só pode ser considerada eficaz quando os atores sociais dispuserem das mesmas condições de diálogo, de auto-expressão o que significaria, não estar servindo a uma lógica dominante e universal, mais a outra que respeite os contextos locais, a diversidade cultural, que promova a valorização e o respeito das identidades dos povos presente em seus territórios.

A problemática que envolve a biodiversidade no âmbito global, desencadeia a necessidade de proteção dos diversos ecossistemas, tornando indispensável o fortalecimento da relação sociedade e natureza, com a cooperação principalmente dos sujeitos lindeiros as áreas protegidas, como no caso apresentado do Parque Nacional do Iguaçu. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (GOVERNO FEDERAL,

2008) prevê a implementação de Espaços Educadores Sustentáveis em ambientes escolares e universitários com a adaptação da estrutura física, da gestão e da intencionalidade pedagógica.

Todos esses pontos foram tratados ao longo deste trabalho, de modo que concluimos dizendo que outros estudos referentes a Educação Ambiental crítica e a gestão territorial são de extrema importância na medida que contribuem para a transformação dos sujeitos para uma nova racionalidade ambiental, que seja mais complexa e integradora das relações entre o homem e a natureza.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. **Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 45, p. 66-71, maio 1983.

CARVALHO, Isabel. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental; pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação dos educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 3 ed., Cortez; São Paulo, 2007.

_____. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. (orgs.) LOUREIRO, C F B.; LAYRARGUES, P P.; CASTRO, R, S de. São Paulo: Cortez, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

JABER, Lúcia, G. **Educando-se ao educar quem educará: a práxis na formação dos educadores ambientais**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica/Nova Iguaçu: 2014.

_____. **Orientações para a formação de educadores ambientais enquanto práxis pedagógica**. VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio de Janeiro, 19 a 22 de Julho de 2015.

LAYRARGUES, Phillipe, P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. IN **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. (orgs.) LOUREIRO, C F B. LAYRARGUES, P P. CASTRO, R, S de. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MACHADO, Júlia Teixeira; BATTAINI, Vivian. **Espaços educadores sustentáveis: a experiência da OCA**. In: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, v 07., N. 06, 2011, São Paulo.

NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2000.

OBSERVATÓRIO DO PNE. 16 - **Formação continuada e pós-graduação de professores**. Disponível em:<<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/16->>professores-pos-graduados. Acesso em: 05 jul 2016.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. Brasília, Ibama, 2006.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição**. Rev. Ciência & Educação, v.8, nº1, p.83 – 96, 2002.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica na formação do educador: uma pedagogia transformadora.** In: 33ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 17 a 20 de outubro de 2010, UFSC – Caxambu/ MG.

SOUZA, Edinilza Magalhães da Costa. **Política Nacional de Formação de profissionais do magistério da educação básica – PARFOR: o papel dos fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente.** In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

Vamos começar pela sua casa.

1) O que existe na sua casa:

Horta; Árvores; Grama; Pedrinhas; Terra; Calçadas; Vasos com plantas; Rio; Nascente; Lago; Animal de estimação; Plantação; Produção Animal; Fossa; Poço; Caixa d' Água; Esgoto;

2) Como é feito o descarte do lixo produzido na sua casa?

Coleta Seletiva; Queimada; Compostagem; Não sei;

Sobre a sua escola.

4) O que existe na sua escola: Horta; Árvores; Grama; Pedrinhas; Terra; Calçadas; Pátio Lixeiras para separar o lixo;

5) Você ajuda a cuidar do ambiente escolar? sim; Como?

_____ não;

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu.

5) Você conhece o Parque Nacional do Iguaçu?

Sim; Sim, eu moro perto dele; Não; Não, eu gostaria de conhecer;

6) Qual desses animais que vivem no Parque Nacional do Iguaçu você conhece?

Onça pintada; Quati; Anta; Tatu; Gato do Mato;

7) Qual deles você já viu pessoalmente e onde?

